



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



**CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS Nº 082/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2022**

Pelo presente instrumento particular de contrato, vinculado ao Pregão Presencial n.º PG/GC 045/2022, de um lado o **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Marechal Castelo Branco, 979, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 77.819.605/0001-33, neste ato representado por seu Prefeito pelo Sr. Prefeito Municipal, o Sr. NELTON BRUM, brasileiro, divorciado, portador do CPF/MF n.º 840.502.099-34 e da Carteira de Identidade RG n.º 5.187.371-8 SSP/PR, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa **ÂNGELA M. R. QUEIROZ CONFECÇÕES ME** inscrita no CNPJ nº 05.758.832/0001-95, com sede na Av. José Bonifácio, nº 1287, Centro, São José das Palmeiras - PR., neste ato representada pela sua proprietária a Sra. **Ângela Maria Rigo Queiroz**, brasileira, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade Cível RG nº 7.828.193-6 SSP/PR e CPF nº 027.118.619-45, com endereço na Rua Marechal Costa e Silva, Centro, São José das Palmeiras - PR., doravante denominado CONTRATADO, pelo presente instrumento particular têm justo e contratado o seguinte:

Cláusula Primeira - Do objeto: Aquisição de diversos materiais, como cortinas, varões, tecidos, travesseiros e mantas de casal, para atender todas as Secretarias e Departamentos da Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras – Pr.

Cláusula Segunda - Dos documentos aplicáveis: Para efeitos obrigacionais tanto o Pregão Presencial nº 045/2022, quanto a proposta adjudicada integram o presente contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com ele não conflitarem.

Cláusula Terceira - Do preço, condições de pagamento, de reajustamento e atualização financeira: O Preço para a execução do objeto descrito na cláusula primeira será de **R\$ 18.129,40 (dezoito mil e cento e vinte e nove reais e quarenta centavos)**. As faturas deverão ser protocoladas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. Os pagamentos serão efetuados entre o dia 10 (dez) e o dia 30 (trinta) de cada mês, subsequente ao da entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços; 2) Certidão Negativa de Débitos do Federal/INSS; 3) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 4) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 5) Certidão Negativa de Débitos Estaduais. Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

Parágrafo único: A (s) nota (s) fiscais deverão ser encaminhada (s) para o endereço eletrônico contabilidadesj123@gmail.com.

Cláusula Quarta – Do prazo, duração. Condições e local de entrega: O prazo de entrega dos produtos será de **07 (sete) dias**, a contar do recebimento da ordem de compra e a vigência do contrato será até **30 de setembro de 2023**, podendo ser prorrogado pela Administração.



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



Parágrafo Primeiro – Os produtos serão requisitados de forma parcelada, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE e deverão ser entregues na sede do Município de São José das Palmeiras.

Parágrafo Segundo – Os produtos a serem fornecidos deverão estar com o prazo de mínimo de validade.

Parágrafo Terceiro - Só serão aceitos os fornecimentos de produtos que estiverem de acordo com as especificações exigidas, estando sua aceitação condicionada à devida fiscalização dos agentes competentes. Não serão aceitos produtos cujas condições de armazenamento e transporte não sejam satisfatórias;

Cláusula Quinta – Do crédito orçamentário: As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2022	170	02.001.04.122.0002.2013	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	240	02.002.04.121.0002.2014	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	490	03.001.04.122.0002.2021	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	1140	05.001.12.361.0004.2032	107	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	1450	05.001.12.365.0004.2035	104	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	1650	05.001.12.365.0004.2040	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	1870	05.002.13.392.0005.2045	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	2580	06.002.10.301.0007.2059	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	3090	07.001.15.452.0008.2069	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	3220	07.001.15.452.0008.2071	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	3410	07.002.26.782.0009.2072	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	3720	08.002.20.606.0010.2080	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4030	09.002.08.244.0012.2086	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4350	09.003.08.243.0012.2093	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

Cláusula Sexta - Das penalidades:

Em caso de inadimplemento a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades:

1. Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;
2. Suspensão do direito de participar de licitações realizadas pelo CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;
3. Aplicação de multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;
4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com este Município nos casos de falta grave, com comunicação aos respectivos registros cadastrais;
5. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de



Estado do Paraná
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ 77.819.605/0001-33



cadastro de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Cláusula Sétima: Da hipótese de rescisão: O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE se verificada a incidência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único: Em caso de rescisão, deverão ser observadas as disposições contidas nos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Oitava: Da Cessão: Contratada não poderá ceder o presente contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do Contratante.

Cláusula Nona: Da fiscalização: O acompanhamento da entrega do produto ficará a cargo dos servidores responsáveis, conforme a Portaria nº 134/2022, e a fiscalização do Contrato a cargo da servidora, **Sra. Maria Claudinéia Marques Bassi**, a qual competirá velar pela perfeita execução do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da CONTRATADA. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou descontinuidade na execução do CONTRATO, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do CONTRATO, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

Cláusula Décima - Das alterações: As alterações do presente instrumento somente se tornarão válidas quando efetuadas através de Termo Aditivo, que passará a fazer parte do presente.

Cláusula Décima Primeira- Da Fraude e da Corrupção: Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

1. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“Prática corrupta”:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“Prática fraudulenta”:** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) **“Prática colusiva”:** esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



- d) **“Prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **“Prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção

2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Cláusula Décima Segunda- Do foro:

Fica eleito o foro da Comarca de Santa Helena para dirimir eventuais questões que não forem resolvidas na esfera administrativa.

E assim, por estarem justos e acordados firmam o presente em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

São José das Palmeiras, 23 de Setembro de 2022.

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
(Nelton Brum)
Contratante

ÂNGELA M. R. QUEIROZ CONFECÇÕES ME
(Ângela Maria Rigo Queiroz)



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



Contratado

Testemunhas:

B



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



**EXTRATO DE CONTRATO Nº 082/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2022.**

OBJETO: Aquisição de diversos materiais, como cortinas, varões, tecidos, travesseiros e mantas de casal, para atender todas as Secretarias e Departamentos da Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras – Pr.

CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.

CONTRATADO: ÂNGELA M. R. QUEIROZ CONFECÇÕES ME.

VALOR: R\$ 18.129,40 (dezoito mil e cento e vinte e nove reais e quarenta centavos).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 30 de Setembro de 2023.

São José das Palmeiras, em 23 de Setembro 2022.

NELTON BRUM
Prefeito Municipal